

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL No 132

Período: de 10/07/04 a 16/07/04

Franca – Brasil

- 1-Lei de Anistia I: Candidato a prefeito promete beneficiar grupo de anistiados
- 2-Crédito suplementar para Defesa ainda depende de aprovação do Congresso
- 3-Proposta de Lula para combate à fome suscita discussão sobre indústria bélica brasileira
- 4-Colunista comenta possível saída de Viegas
- 5-Anistia II: Colunista defende punição de torturadores do regime militar
- 6-Jornal afirma que Forças Armadas estão sendo sucateadas
- 7-Oficiais opinam sobre concorrência F-X
- 8- Congresso Nacional aprova liberação de recursos para Ministério da Defesa
- 9- Presidente Lula fala sobre vazamento de informações e elogia as Forças Armadas
- 10- Exército apoiará ações do Ibama na Amazônia
- 11- Soldados brasileiros estão em más condições no Haiti
- 12- Helicóptero do Exército cai e mata seis militares
- 13- Governo concede reajuste de 10% para militares
- 14- Polícia apreende munição de uso exclusivo das Forças Armadas
- 15- Militares são indiciados por má gestão em hospital

Lei de Anistia I: Candidato a prefeito promete beneficiar grupo de anistiados

Segundo *O Globo*, Jorge Bittar, candidato à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT), prometeu em sua campanha eleitoral usar sua amizade com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para agilizar a concessão de pensões a militares e trabalhadores civis beneficiados pela Lei da Anistia. O candidato afirmou: “Não serão alguns burocratas, quer ali dentro das Forças Armadas, quer nas instituições civis deste país, que irão impedir que a Justiça seja verdadeiramente realizada”. (*O Globo – O País – 10/07/04*).

Crédito suplementar para Defesa ainda depende de aprovação do Congresso

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a verba de US\$ 56,7 milhões necessária para pagar pelo novo avião presidencial, um *Airbus Corporate Jetliner*, só poderá ser liberada após a aprovação de crédito suplementar para o Ministério da Defesa pelo Congresso. A aeronave, que passa por testes na Alemanha, deve seguir para os Estados Unidos, onde será instalada parte de seus equipamentos internos. O governo justifica a necessidade de comprar um novo avião presidencial baseado nas condições do veículo atualmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um Boeing-707 que é freqüentemente vetado em linhas comerciais em vários países devido a seu nível de ruído e emissão de gases. O novo avião será incorporado ao patrimônio da Força Aérea Brasileira (FAB) e tem utilização prevista de 30 anos. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 10/07/04*).

Proposta de Lula para combate à fome suscita discussão sobre indústria bélica brasileira

A proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de taxar o comércio internacional de armas para criar um fundo de combate à fome suscitou uma discussão acerca do fortalecimento da indústria bélica nacional. Em matéria publicada no jornal *O Globo*, Expedito Carlos Stephani Bastos, pesquisador de Assuntos Militares da Universidade Federal de Juiz de Fora, discorda da proposta do presidente e afirma que a implementação da proposta “apenas servirá para prejudicar ainda mais a incipiente indústria bélica no Terceiro Mundo onde nós estamos inseridos”. Bastos lembra que o Brasil viveu um surto de desenvolvimento da indústria bélica no período que vai desde os anos 70 até o início dos 90, mas acredita que a falta de visão estratégica e de vontade política o minou. Para ele, o caminho trilhado naquela época era promissor e poderia ter levado o Brasil a uma situação de independência tecnológica e até de exportação, impossibilitada pela concorrência “burra” entre as empresas locais. Além disso, o pesquisador acrescentou que a formação de um bloco sul-americano tanto no campo econômico e político quanto no campo militar alavancaria o desenvolvimento tecnológico e facilitaria um diálogo com os países mais poderosos. *O Globo* ressaltou que o governo brasileiro já começou um amplo movimento de integração da indústria de Defesa com a Argentina, a África do Sul e a Índia, que tem por objetivo oficial promover a produção conjunta de equipamentos militares e obter um mercado de Defesa homogêneo. Quanto à integração militar entre os países da América do Sul, o jornal informou que a mesma foi defendida pelo ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, em uma palestra no Foro Ibero-Americano de Campos do Jordão, em 2003, causando muita polêmica. *O Globo* afirmou ainda que o Brasil tem uma indústria bélica basicamente privada, com a exceção das estatais Imbel, dirigida pelo Exército, Engatron, gerenciada pela Marinha, e as atividades industriais do Centro Técnico-Aeroespacial da Aeronáutica, que produz Veículos Lançadores de Foguete (VLS). Algumas das indústrias privadas têm excelência em certos setores, a exemplo da Avibrás, que é líder mundial de desenvolvimento de tecnologia de míssil, e a Mectron, construtora do míssil “Piranha”, atualmente testado no AMX e no F-5. (*O Globo* – *O País* – 11/07/04).

Colunista comenta possível saída de Viegas

A colunista da *Folha de S. Paulo* Eliane Cantanhêde afirmou que a sensação de que o ministro da Defesa, embaixador José Viegas Filho, deverá ser substituído pelo deputado Aldo Rebelo (do Partido Comunista do Brasil) cristalizou-se na cúpula do governo. Ela explicou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu Viegas pessoalmente para ocupar a pasta e que a atual fragilidade política do ministro tem sido apontada como resultado de sua “falta de força política”. Cantanhêde esclareceu ainda que dois fatores principais pesam sobre o ministro: o primeiro é a insatisfação dos comandos das Forças Armadas com os soldos e com a situação de obsolescência dos equipamentos militares. O segundo diz respeito a deslizes éticos do ministro, que teria contratado serviços da Fundação Getúlio Vargas, levando em conta critérios pessoais em detrimento de uma licitação formal, além de ter utilizado veículos públicos para o transporte de sua família. A colunista considerou que a tensão existente no Ministério decorre de um choque entre militares e diplomatas e informou que um pacote que inclui o aumento do soldo militar em duas etapas – a primeira até 25 de agosto - e um plano de reequilíbrio de longo prazo estão em discussão no governo. Por fim, Elaine Cantanhêde apontou que o presidente pode enfrentar novas dificuldades caso o cargo de ministro da Defesa seja ocupado por Aldo Rebelo, uma vez que um deputado comunista comandaria generais, almirantes e brigadeiros. (*Folha de S. Paulo* – *Opinião* – 11/07/04).

Anistia II: Colunista defende punição de torturadores do regime militar

O colunista Mário Magalhães, da *Folha de S. Paulo*, anunciou que no próximo mês a Lei da Anistia, assinada pelo general João Baptista Figueiredo, fará 25 anos e apontou a ocasião como uma oportunidade valiosa para o país discutir a penalidade judicial referente a torturadores do regime militar. Para tanto, Magalhães sugeriu uma releitura da lei que anistiou os punidos por crimes políticos de 1961 a 1979 e os agentes do Estado que tivessem cometido violência contra os mesmos e ressaltou que a Lei não aborda a questão da “tortura”. Como durante este período não eram registradas queixas oficiais contra os torturadores, não se pode saber o nome dos agentes do governo que cometeram tal crime. O colunista apontou no fato a existência de uma incoerência jurídica, uma vez que o autor do crime – o regime militar- foi também o autor do perdão a si mesmo. Para Magalhães, o emprego disseminado da tortura em dependências policiais é reflexo da impunidade dos torturadores da ditadura, e, portanto, é necessário se promover uma revisão do processo para fornecer um exemplo às gerações. Como exemplo, ele cita a Argentina, que ao decretar a prisão dos torturadores do governo militar teria banido a prática da tortura de sua sociedade. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 12/07/04*).

Jornal afirma que Forças Armadas estão sendo sucateadas

Sob o título “Impassível, governo vê Forças Armadas virarem sucata”, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem na qual expõe a situação da Defesa no país. De acordo com o jornal, diante do enfraquecimento do Ministério da Defesa, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva estaria adotando a tática de adiar a resolução de problemas das Forças Armadas. O Exército seria a força mais atingida pelo processo de envelhecimento dos equipamentos. Para esta força, o principal projeto de revitalização em curso é a reforma de 630 blindados, com gastos previstos para R\$ 3,4 milhões neste ano. Caso não haja imprevistos, as reformas serão concluídas apenas em 2008. Na Marinha, destaca-se, entre os projetos em curso, a construção do submarino Tikuna, atualmente atrasado em 5 anos, e da corveta Barroso, atrasado em 8 anos. A lentidão seria consequência da retenção de recursos pelo governo. O adiantado estágio de degradação levou a Marinha a aposentar, nos últimos dois anos, nove navios e seis aeronaves que seriam reformados. O *Jornal do Brasil* informou que os navios da frota oficial do Brasil têm em média 26 anos de serviço. A Aeronáutica utiliza-se ainda dos antigos aviões Mirage III, comprados há 32 anos. De acordo com o *JB*, o orçamento do Exército caiu 27,5% nos últimos 10 anos e a verba recebida neste ano, R\$ 604 milhões, não chega à metade do orçamento mínimo idealizado pelo Exército. No caso da Marinha, o orçamento foi diminuído em 28% nos últimos sete anos. Outro fator de satisfação que recebe atenção da imprensa é a defasagem salarial das três forças. No Exército a perda atinge 58%, e, na Marinha, 38%. A escassez de recursos fez com que fosse diminuído o número de jovens que participam do serviço militar. Há dez anos, 67 mil jovens eram recrutados pelo Exército. No ano passado, no entanto, apenas 62 mil jovens foram convocados. O *JB* lembra que no fim do governo Fernando Henrique Cardoso, o Exército dispensou 44 mil recrutas antes do prazo. A Marinha, que já chegou a ter 3,2 mil recrutas, conta agora com 2,6 mil jovens. De acordo com o *JB*, os grandes projetos das Forças Armadas estão engavetados, a exemplo do “Plano de Reparcelamento da Marinha”, que não teria saído dos gabinetes da Presidência da República. Da mesma forma, o projeto FX, que prevê a compra de caças supersônicos, não teve ainda seu destino definido. (*Jornal do Brasil – Internacional – 11/07/04*).

Estados Unidos pressionaram contra a Lei do Abate

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o governo Fernando Henrique Cardoso foi pressionado por norte-americanos contra a chamada “Lei do Abate”, que permite que os pilotos que patrulham a região amazônica façam advertências com tiros para aviões clandestinos que pousarem em pistas oficiais, sob pena de serem derrubados. A revelação foi atribuída ao ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e assessor da presidência do órgão, brigadeiro Cherubim Rosa Filho. Ele afirmou que a pressão continuou no governo Luiz Inácio Lula da Silva porque os norte-americanos temem a derrubada de aeronaves civis que não têm ligação com o tráfico de drogas. Para o brigadeiro, o cenário mundial pós-11 de setembro de 2001 justifica a necessidade da Lei do Abate. Isso porque o avião teria deixado de ser um mero meio de transporte e se tornado uma possível “bomba voadora”. O brigadeiro também acredita que não há motivo para restrições de funcionários do alto escalão dos Estados Unidos à lei proposta no Brasil, que depende da regulamentação da Presidência da República para entrar em vigor. Segundo o *JB*, com a garantia da tecnologia do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), a Aeronáutica propôs uma legislação que o torne útil. O brigadeiro Telles Ribeiro, assessor do comando da Aeronáutica, afirmou ao jornal que a Lei do Abate tem por objetivo criar um instrumento legal capaz de acabar com os vôos clandestinos no espaço aéreo brasileiro e assegurou que nunca existiu na Força Aérea Brasileira (FAB) a intenção de simplesmente abater aviões clandestinos sem que antes se realizem diversas advertências pelo sistema de comunicação. A necessidade de regulamentação da Lei para que haja uma fiscalização efetiva sobre os vôos clandestinos é confirmada pelo comando da Aeronáutica. Para o brigadeiro Álvaro Dutra, o arquivamento da Lei do Abate ridiculariza a FAB e o governo brasileiro frente aos pilotos de aeronaves clandestinas. (*Jornal do Brasil – Brasil – 12/07/04*).

Oficiais opinam sobre concorrência F-X

De acordo com o *Jornal do Brasil*, o ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e assessor da presidência do órgão, brigadeiro Cherubim Rosa Filho, manifestou-se contrário à aquisição do avião americano F-16 no processo de concorrência de caças realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) há dois anos. Ele alega que não seria interessante comprar um avião com míssil de tecnologia superada, como é o caso do equipamento do F-16, e lembra que a legislação norte-americana proíbe a transferência de tecnologia de armamentos de interesse estratégico. Entre os concorrentes do processo de compra dos caças, a chamada concorrência F-X, o brigadeiro Rosa Filho aponta o avião russo Sukhoi como o mais adequado às necessidades estratégicas brasileiras, mas admite que muitos oficiais da FAB defendem a compra dos aviões Mirage 2000 por acreditarem que esta escolha garantiria a criação de empregos para engenheiros e técnicos brasileiros. Isso porque os Mirage 2000 são oferecidos em conjunto com a Embraer e a empresa francesa Dassault Aviaton. Além disso, franceses e russos admitem a transferência de tecnologia do Mirage 2000 e do míssil Mica. A proposta menos popular entre os oficiais é o empréstimo de aviões israelenses Kfir, uma linhagem antiga de Mirage produzida em Israel. Os caças Kfir seriam utilizados até o início da entrega dos novos caças, prevista para o segundo semestre de 2007 caso a escolha do avião seja efetuada ainda neste ano. O brigadeiro Álvaro Dutra, da área de engenharia, considera o Kfir por demais obsoleto. (*Jornal do Brasil – Brasil – 12/07/04*).

Congresso Nacional aprova liberação de recursos para Ministério da Defesa

Segundo constou no *Informe Brasil* anterior, a Comissão Mista de Orçamento aprovou um crédito suplementar de R\$ 321,69 milhões, sendo que R\$ 249 milhões desta quantia

seriam destinados ao Ministério da Defesa. Neste dia 14, a *Folha* informou que em sessão conjunta entre Câmara e Senado, o Congresso Nacional também aprovou esse crédito. O recurso liberado para as Forças Armadas será dividido entre a compra do novo avião presidencial (R\$ 159 milhões), outras 18 aeronaves para a Aeronáutica (R\$ 40 milhões) e o restante destinado ao Sistema Integrado da Amazônia (Sivam). (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/07/02).

Presidente Lula critica vazamento de informações e elogia as Forças Armadas

Durante a posse do novo diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Mauro Marcelo Lima e Silva, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um duro discurso criticando o vazamento de informações na área de inteligência. O presidente condenou funcionários responsáveis por divulgar informações ainda não totalmente apuradas, afirmando que as denúncias só devem se tornar públicas com base em fatos verdadeiros e comprovados. Bem como, criticou o que chamou de “denuncismo” da imprensa. Lula afirmou que os veículos de comunicação divulgam “informações precipitadas”, difamam pessoas, deixam vazar informações sobre o governo e, depois, “não se prova nada e ninguém pede desculpa pelo estrago”. Segundo o jornal *O Globo*, a afirmação do presidente foi uma crítica indireta ao episódio noticiado pela imprensa de que havia integrantes do Palácio do Planalto divulgando informações confidenciais do governo, de acordo com informações da Abin. Segundo Lula, esse “denuncismo” não contribui para a democracia. Ao tomar posse, o novo diretor da Abin, Mauro Marcelo afirmou que é um grande desafio fazer o serviço de inteligência funcionar em plena democracia, com transparência. A missão de apagar estigmas e desmistificar a agência foi lembrada pelo novo diretor e também pelo presidente Lula, que considerou a criação da Abin, em 1999, como “um passo acertado”, já que o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) enfrentava muito preconceito, principalmente por ter atuado em alguns momentos muito mais a serviço de determinados governos do que do Estado brasileiro. Em seu discurso, o presidente aproveitou para elogiar as Forças Armadas, dizendo que as qualidades dos militares brasileiros são personificadas pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix. O presidente ainda declarou que nesses 18 meses de governo aprendeu a conviver com as Forças Armadas e a ter consciência de sua dedicação e patriotismo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/07/04; Jornal do Brasil – Brasil – 14/07/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/07/04; O Globo – País – 13/07/04).

Exército apoiará ações do Ibama na Amazônia

O Exército brasileiro passará nos próximos dias a integrar as operações de combate ao desmatamento, à grilagem de terras e à fiscalização dos recursos ambientais na Amazônia, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Polícia Federal. O Ministério da Defesa assinou neste dia 13 um convênio com o Ministério do Meio Ambiente, o qual prevê por parte do Exército a mobilização de mais de 100 homens do Batalhão de Infantaria de Selva e a oferta de 18 helicópteros para ajudar a reduzir a devastação ambiental na Amazônia. O Ministério do Meio Ambiente repassará R\$ 10 milhões ao Exército para as despesas com os efetivos e o uso de equipamentos. Segundo *O Estado de S. Paulo*, a ministra do Meio Ambiente Marina Silva informou que as ações incluem o apoio ao monitoramento e fiscalização feitos pelo Ibama, transporte dos fiscais, dos agentes federais e de material apreendido; bem como garantir a segurança nas atividades. Desde abril deste ano, quando um balanço constatou que houve um crescimento da devastação na região, com aumento de 2% em relação ano passado, a ministra Marina prometeu intensificar as

ações, e o chefe da Casa Civil, José Dirceu, prometeu buscar o apoio dos militares. Marina Silva destacou que os helicópteros do Exército aumentam a autonomia dos vôos na Amazônia, o que dá maior alcance às operações em regiões remotas. E, que a troca do transporte aéreo alugado de empresas privadas pela logística militar garantirá uma redução de até 30% nos custos do ministério. A ministra destacou que a adesão do Exército terá a vantagem de impor respeito ao trabalho do Ibama, com seu “poder de dissuadir a contravenção”, que deverá, segundo ela, criar um processo para garantir o “desenvolvimento com a preservação do meio ambiente”. O ministro da Defesa, José Viegas Filho, admitiu que o alto índice de devastação da floresta amazônica vinha causando “inquietação” no exterior quanto à capacidade do Brasil para solucionar este problema. De acordo com ele, o apoio que o Exército prestará a essa campanha contra o desmatamento aumentará a confiabilidade no governo brasileiro para execução dessas tarefas. (Jornal do Brasil – Brasil – 14/07/04; O Estado de S. Paulo – Geral – 14/07/04).

Soldados brasileiros estão em más condições no Haiti

A *Folha de S. Paulo* pontuou que os militares brasileiros estão tendo que precariamente arcar com a maior parte da segurança de uma capital com mais de 700 mil habitantes. Também devem proteger os chefes de Estado e governo, com só 1.195 homens e o apoio de uma polícia local fraca e desmoralizada. A força militar da Minustah (Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti) conta hoje com menos de 2.000 homens, dos 6.700 autorizados pela ONU. A força substituiu tropa liderada pelos EUA que restabeleceu a ordem no país depois da queda do presidente Jean-Bertrand Aristide em fevereiro passado. Segundo seu comandante, o general-de-divisão brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, até agosto deverão estar disponíveis mais três batalhões, de 600 homens cada um, de Chile, Uruguai e Argentina. Nas palavras do general Heleno, "Tivemos que intensificar as patrulhas para não haver vazios de poder". "Não acredito que tenhamos os 6.700 a curto prazo. Já foram realizadas mais de 550 patrulhas, diurnas e noturnas, a pé e em veículos, blindados Urutu de transporte de tropas e jipes Land Rover e Toyota, segundo o general-de-brigada Américo Salvador, que comanda o contingente brasileiro, conhecido como Brigada Haiti. Segundo o general, o relevo, e a desorganização da cidade dificultam as patrulhas, sem contar que as tropas ainda não se ambientaram com o caos nas ruas. Nenhuma arma foi apreendida ainda e nenhuma prisão foi efetuada. Os militares brasileiros não têm poder de polícia e quem deve efetuar de fato o desarme é a polícia local. Na edição do último dia 14, o *Jornal do Brasil* informou que metade dos 1.200 militares brasileiros que integram as forças de paz da Organização da ONU no Haiti continuam em situação precária em Porto Príncipe. Cerca de 600 homens dormem em barracas e usam instalações precárias. A partir do final de julho, o frio no Haiti é mais intenso, com fortes chuvas e até furacões. O general Augusto Heleno Ribeiro Pereira afirmou que a tropa está driblando esses problemas com iniciativa e criatividade, mas que essas intempéries são sempre um componente de risco. É ele quem comandará os 6.700 homens de Argentina, Canadá, Chile, Nepal, Sri Lanka e Uruguai. Ele disse a *O Estado de S. Paulo* que apesar de poucas mudanças perceptíveis, os haitianos começam a se aproximar mais dos soldados brasileiros e que estes últimos estão cientes de sua laboriosa tarefa, uma vez a população encontra-se sem emprego, luz, água potável, telefone, uma simples carteira de identidade, escola, saúde, transporte, policiamento, justiça, etc. Representantes das Nações Unidas ainda não nomeados vão elaborar planos importantes como a política de desarmamento, a desmobilização das gangues armadas, a recuperação das instituições e a criação de uma polícia civil confiável. Ao Brasil, que com a missão quer somar pontos para obter uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, cabe a tarefa de dar suporte a esses planos. Na quarta e quinta-feira, uma comitiva de

autoridades brasileiras visitou o Haiti para ver como estava a tropa brasileira, com seus 1.200 soldados. O ministro da Defesa, José Viegas, e o secretário nacional de direitos Humanos, Nilmário Miranda, voltaram acreditando que há soluções brasileiras capazes de fazer a diferença e transcender o papel do Brasil previsto na resolução da ONU. As atividades dos militares brasileiros estão se resumindo a patrulhar a cidade, escoltar autoridades, proteger prédios públicos e prestar auxílio. Os principais alvos dos soldados são os grupos de rebeldes que derrubaram Aristide em fevereiro, as gangues armadas e os quimeras, milicianos pró-Aristide. O *Jornal do Brasil (JB)* mostrou que no intuito de incentivar o desarmamento no Haiti, será marcado um amistoso brasileiro com a seleção de futebol. Para entrar no estádio, cada pessoa deverá entregar um revólver. No entanto, devido aos traços violentos que contornam a cultura haitiana, não há garantias de que tal campanha funcione. (Folha de S. Paulo – Mundo – 10/07/04; *Jornal do Brasil – Internacional* – 11/07/04; *O Estado de S. Paulo – Internacional* - 11/07/04; *O Globo – O Mundo* – 14/07/04).

FAB amplia número de vagas para recrutas

Segundo informações da *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) decidiu ampliar o número de vagas para recrutas e pretende incorporar ao serviço militar, ainda este ano, cerca de 2.000 jovens. Com a inclusão, a FAB passará a ter 4.900 novos soldados. Os recrutas recém-admitidos participarão de um curso de formação por 16 semanas, em diversas organizações militares distribuídas pelo país. Após o treinamento básico, os novos soldados executarão tarefas nas áreas administrativa, operacional, logística e de saúde da FAB. Após 11 meses, eles poderão optar entre permanecer ativamente no serviço até o limite máximo de quatro anos, ou realizarem um curso de especialização e permanecerem por seis anos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/07/04).

Helicóptero do Exército cai e mata seis militares

A *Folha* informou que neste dia 15, o helicóptero do Exército HM-1 Pantera caiu no estado do Rio Grande do Sul, durante a realização de exercícios de adestramento com tropas. No acidente, morreram seis militares. De acordo com nota emitida pelo Centro de Comunicação Social do Exército, o helicóptero, que pertencia ao 3º Esquadrão da Brigada de Aviação do Exército de Taubaté (130 km de São Paulo), era usado para transportar a tropa ou fazer reconhecimento, busca, salvamento e transporte de carga. A nota afirma que "o Comando de Aviação do Exército determinou a instauração da Investigação de Acidente Aeronáutico" para apurar as causas do acidente. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/07/04).

Governo concede reajuste de 10% para militares

A *Folha de S. Paulo* informou que de acordo com declaração do ministro da Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, o governo concederá um reajuste de 10% nos salários dos militares. De acordo com *O Globo*, no dia 12, Guido Mantega havia declarado que ainda não existia qualquer previsão de data para o reajuste dos salários dos militares. Segundo Mantega, nem seria possível prever se o aumento sairia ainda este ano. No entanto, o reajuste foi anunciado e passará a valer na folha de pagamento do mês de setembro, referente aos salários de agosto, sendo válido para todas as categorias dos militares, ou seja, abrangendo os funcionários que estão na ativa, os inativos e os pensionistas. De acordo com o ministro, o impacto da medida para os cofres da União será de aproximadamente R\$ 750 milhões. A decisão do ministério atende a proposta feita pelo Ministério da Defesa que pedia um reajuste linear imediato de 10%. A proposta inicial apresentada pelo Ministério do Planejamento era de um reajuste

de 5%, mas a oferta não havia sido aceita pela Defesa. No início de junho, Viegas propôs ao Planalto um reajuste linear de 33% (10% imediatos, e 23% em 2005). Na época, Mantega chegou a afirmar que um reajuste de 5% já seria suficiente para impactar negativamente e além do previsto as contas da União. A folha de pagamento da Defesa neste ano é de R\$ 21,1 bilhões, divididos entre ativos (R\$ 6,9 bilhões), inativos e pensionistas (R\$ 12,5 bilhões) e civis (R\$ 1,7 bilhão).

O reajuste dos militares, além do fator financeiro, era considerado importante politicamente para o ministro da Defesa, José Viegas, que em abril havia vetado comentários por parte dos comandantes de Marinha, Exército e Aeronáutica sobre o tema. Viegas, à época, se colocou como o único interlocutor com o Planalto. Atualmente, um oficial-general de quatro estrelas recebe cerca de R\$ 9.500 (maior salário bruto das Forças). Os militares cobram um reajuste linear emergencial pelas perdas com a inflação entre 2001 e 2004, próximo de 30%. No início de 2001 houve uma reestruturação da remuneração por meio de medida provisória --28,23%, em média, pago até janeiro de 2002. (Folha – Brasil – 16/07/04; Jornal do Brasil – Brasil – 16/07/04; O Globo – País – 13/07/04; O Globo – País – 16/07/04).

Polícia apreende munição de uso exclusivo das Forças Armadas

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, a Polícia Civil do estado do Amazonas descobriu, no final da tarde de quinta-feira (15), em Manaus, capital do estado do Amazonas, um depósito clandestino de munições de uso exclusivo das Forças Armadas. Foi a maior apreensão de material bélico encontrado fora de uma unidade militar na região. A munição apreendida, avaliada pela Polícia Civil em R\$ 160 mil, é composta por 8.795 unidades de cartuchos da marca CBC de calibres 50 --utilizados para fuzis AR-15, AK-47 e metralhadoras antiaéreas-- e 7.62 e 9 mm --para pistolas--, além de 5.000 detonadores para explosivos. O material foi encontrado durante uma operação de combate ao tráfico de droga. O depósito clandestino era guardado pelo colombiano Edward Andrey Camacho e pelo brasileiro Francisco Ferraz de Souza, que foram presos e estão sob guarda da Polícia Civil. Com o brasileiro, os policiais encontraram uma lista com um pedido de 500 uniformes e botinas do modelo do Exército do Brasil. Na lista não havia indicação do possível fornecedor. Nesta sexta-feira (16), o general Cláudio de Figueiredo, chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA) determinou a abertura de inquérito militar para investigação da carga que será periciada. Conforme o *Jornal do Brasil*, segundo o general, a primeira investigação é para identificar se o material bélico não foi roubado de uma das unidades militares do Exército na região. Outra linha de investigação é saber se Manaus passou a ser base de operações para o envio de armamento a países fronteiriços com registro de guerrilhas, como Peru, Colômbia e até mesmo a Venezuela. A Aeronáutica realizou uma conferência em suas bases, segundo o major-brigadeiro Cleonilson Nicácio, comandante do 7º Comando Aéreo Regional (Comar). Ele disse que nas bases de Boa Vista, Manaus e Porto Velho não foi identificada falta de munição. A Agência Folha apurou que as investigações indicam que o material poderia ser utilizado para abastecer as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) ou grupos contrários ou aliados do presidente Hugo Chávez, na Venezuela. O CMA desenvolve nas fronteiras a Operação Timbó 2, um treinamento com 6.500 militares que tem ainda o objetivo de combater o narcotráfico e o trânsito de guerrilheiros em território nacional. (Folha - Cotidiano – 16/04/04; *Jornal do Brasil* – Brasil – 16/07/04).

Militares são indiciados por má gestão em hospital

O *Jornal do Brasil (JB)* noticiou que Superior Tribunal Militar (STM) acolheu, esta semana, denúncia contra quatro oficiais do Exército acusados de desvios quando eram diretores do Hospital das Forças Armadas (HFA), em Brasília. Os indiciados são o general de brigada e médico Paulo Augusto Menezes da Silva, o coronel de cavalaria René Jairo Fagundes, o coronel de intendência José Arnaldo Fazza e o tenente-coronel de artilharia Sérgio Sebastião de Melo. Segundo o Ministério Público Militar, eles movimentaram, de forma irregular, mais de R\$ 11 milhões. A promotoria afirma que, entre 30 de abril de 1998 e 31 de janeiro de 2000, o então diretor do HFA, Paulo Augusto, teria voltado a utilizar uma conta-corrente inativa na Caixa Econômica Federal para "cobrir pequenas despesas emergenciais". A conta, que não era a oficial do hospital, passou a receber recursos dirigidos à unidade por diversos convênios mantidos com o Exército, Aeronáutica, Marinha, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Ministério da Saúde. A conta teria recebido, no período investigado, R\$ 11.841.247,29 em depósitos líquidos. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União detectou o saque de R\$ 3,8 milhões sem a comprovação legal. Um inquérito policial militar mostrou que os denunciados "desenvolveram métodos e medidas ilícitas na gestão de recursos, determinando e efetuando despesas com obras não autorizadas e com compras proibidas". (Jornal do Brasil – Brasil – 16/07/04).

SITES DE REFERENCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br ou observ@franca.unesp.br.

**O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Mara Alves de Godoy, Ana Claudia Jaquette Pereira, Leonardo Ulian Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.